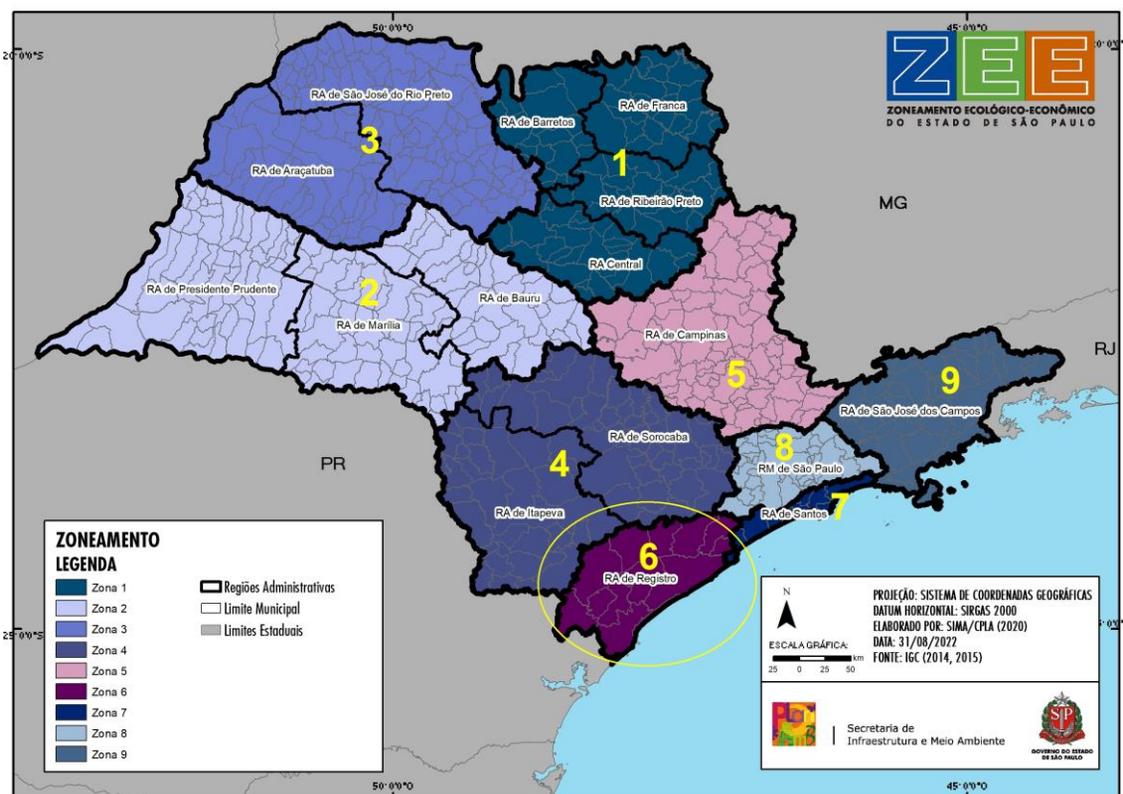


Zona 6 – Registro



A Zona 6 corresponde ao limite da Região Administrativa (RA) de Registro e compreende parte da região do Vale do Ribeira. Apesar de a região apresentar as menores participações no PIB e nas exportações do estado, destacam-se segmentos da agropecuária (pesca, banana, chá), agroindústria, produtos químicos, turismo e mineração na economia regional. De fato, trata-se de uma região com alto potencial mineral e com uma grande variedade de substâncias minerais que podem ser utilizadas na construção civil, como areia, brita, cascalho e argila, dentre outras. A exploração de apatita na região de Cajati corresponde à maior arrecadação em produção mineral do estado. Outras extrações minerais expressivas são as de magnetita e calcita. A empregabilidade no setor de químicos, alimentos e minerais não metálicos (calcário e areia) é alta, somando 70% dos postos de trabalho. Toda a produção local advém da indústria de média-alta tecnologia, com potencial para desenvolvimento dos setores de inovação e tecnologia.

A compensação financeira pela exploração do pré-sal tem papel importante para a economia da região. No entanto, essa compensação é afetada pela oscilação dos preços do petróleo, com reflexos em variáveis de emprego e renda associadas ao repasse de royalties.

Cabe destacar, nesta zona, a presença de povos e comunidades tradicionais (PCTs), distribuídos em diversos núcleos. Há potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e o manejo de plantas medicinais, aromáticas e produtos fitoterápicos (destaque de fabricante de cosméticos e perfumaria no município de Registro). A produção de orgânicos pela agricultura familiar, a pesca e a aquicultura também apresentam potencial de crescimento.

Os resultados das cartas síntese mostram predominância das condições de atenção para as diretrizes Resiliência às Mudanças Climáticas e Redução das Desigualdades Regionais, e de favorabilidade para as diretrizes Segurança Hídrica e Salvaguarda da Biodiversidade.

A atividade agropecuária é caracterizada pela Diversidade da produção agropecuária e pelo baixo número de Estabelecimentos com uso de agrotóxicos em comparação com outras regiões do estado. No entanto, ainda são críticos os indicadores de Sustentabilidade da produção agropecuária e de Investimentos do Plano Agricultura de Baixo Carbono.

Destaque para a criticidade nas três dimensões do IPRS, Riqueza, Longevidade e Escolaridade, e no IPRS grupo. Nos cenários, o ranking desse indicador também está crítico, principalmente nas porções leste e sudeste da RA. Outros indicadores sociais críticos são Razão de dependência (a menor do estado) e Taxa de homicídios. A RA apresenta a menor densidade populacional e a menor Taxa Geométrica de Crescimento Anual populacional (TGCA) do estado. Apresenta também a condição crítica quanto ao indicador de Matrículas presenciais de ensino superior, o que se reflete na baixa taxa de escolaridade superior completa entre os empregos formais do estado.

Outro indicador que apresenta criticidade na RA constitui os Leitos de internação hospitalar. A Taxa de Cobertura de Atenção Básica da Saúde apresenta condição de favorabilidade de forma predominante na região.

A gestão fiscal apresenta condição predominantemente crítica na região, segundo o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), enquanto que o Shift share da variação da massa salarial apresenta condição de atenção.

Quanto à infraestrutura de comunicação e transporte, apresentam-se em condição de atenção os indicadores Acessos de banda larga fixa e o Índice de infraestrutura rodoviária, enquanto que o indicador Tempo médio de acesso a municípios centrais apresenta condição de criticidade.

Em relação à gestão de riscos e desastres, apresenta-se crítico o Índice de Governança do Projeto Construindo Cidades Resilientes e, em atenção, o Índice de perigo de escorregamento e inundação e suscetibilidade à erosão e o indicador de Pontos de erosão. Embora os indicadores de Pessoas afetadas por acidentes e desastres e de Acidentes relacionados a eventos geológicos, hidrológicos, meteorológicos e climatológicos não se apresentem críticos ou em atenção de forma abrangente na RA, alguns municípios se destacam negativamente em relação a essas questões, como Eldorado, Sete Barras, Registro, Cajati, Pariquera-Açu e Miracatu (para Pessoas afetadas por acidentes e desastres) e Barra do Turvo e Eldorado (para Acidentes relacionados a eventos geológicos, hidrológicos, meteorológicos e climatológicos).

Em relação à habitação, destaca-se em atenção o indicador de Atendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) e, em condição crítica, o indicador de Domicílios em área de risco. O indicador Domicílios em favelas não apresenta condição crítica na região.

A RA apresenta alguns indicadores críticos relacionados à flora e fauna, como Espécies exóticas invasoras de flora e fauna e Ocorrência de javalis. O indicador Atropelamentos de fauna silvestre não apresenta condição crítica e/ou de atenção na região.

Outros indicadores também críticos são Áreas prioritárias para a criação de Unidades de Conservação, Áreas prioritárias para incremento de conectividade e Áreas prioritárias para restauração de vegetação nativa. Porém esses indicadores de resposta não são prioritários, dada a expressiva cobertura vegetal nativa existente na região. Essa condição favorável é expressa pelos indicadores Cobertura vegetal nativa, Percentual de vegetação nativa, Proximidade de fragmentos de vegetação nativa, Tamanho de fragmento de vegetação nativa e Vegetação em Áreas de Preservação Permanente hídricas.

A condição favorável dos indicadores Áreas Naturais Tombadas, Percentual de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Atendimento das Metas de Aichi também explica a condição favorável relativa à flora e fauna da região, embora o Percentual de Unidades de Conservação de Proteção Integral esteja em estado de atenção. Ainda em relação a esse tema, apesar de o indicador Percentual de vegetação nativa apresentar, em cenários, tendência de favorabilidade, a análise da Evolução da cobertura vegetal nativa aponta para uma perda da vegetação na maior parte do território da RA.

Os indicadores relativos à fiscalização e gestão da biodiversidade Áreas com autorização para supressão de vegetação nativa e Pontos de ocorrência de incêndio também apresentam condição favorável na RA. A favorabilidade para este último indicador pode constituir uma das razões para a baixa adesão dos municípios ao Programa Corta Fogo.

Em relação à qualidade e quantidade de água e à gestão e infraestrutura de saneamento, os indicadores apresentam, em geral, favorabilidade. Esses indicadores em condição favorável são: Disponibilidade hídrica segundo vazão de referência Q95%, Balanço Hídrico qualitativo (ISQ) segundo vazão de referência Q95%, Balanço Hídrico segundo vazão de referência Q95%, Alta média de gastos com água, esgoto e energia elétrica na indústria, comércio e serviços, Demanda hídrica da agricultura irrigada, Demanda de visitantes turistas, Vulnerabilidade natural dos aquíferos à poluição, Índice de Qualidade de Água (IQA), Carga orgânica remanescente, Eficácia na indicação de recursos FEHIDRO, Áreas contaminadas, Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR), Densidade de hidrografia e Densidade de nascentes. Apenas o indicador de Potencialidade de vazão dos aquíferos fraturados apresenta condição crítica, devido à predominância da baixa potencialidade, o que não compromete a disponibilidade hídrica da região.

Quanto às projeções climáticas obtidas para o cenário de emissão RCP 8.5 no ano 2050, o indicador de precipitação total anual destaca que ocorrerá tanto redução quanto aumento de chuvas na região, com uma elevada amplitude entre os dois momentos projetados (amplitude de cerca de 1500 mm). Vale destacar que a RA de Registro, juntamente com as RA de Santos e de São José dos Campos, apresenta as maiores amplitudes considerando os máximos e os menores desvios projetados para o estado de São Paulo. Essa variabilidade merece especial atenção, visto que esses extremos (excesso e escassez de chuva) poderão impactar de formas diferentes os diversos setores econômicos e a sociedade em geral, demandando uma maior capacidade de adaptação e resiliência da região às mudanças climáticas. Essa amplitude entre os valores extremos projetados também é observada no indicador referente à máxima precipitação anual em cinco dias consecutivos (RX5day) e na variável precipitação anual total dos dias em que precipitação é maior que percentil 95 (R95p). Cabe destacar que essas regiões

em que se destacam intensa variabilidade/amplitudes entre os máximos e mínimos desvios projetados necessitam de uma maior capacidade de adaptação e resiliência, tanto do poder público e dos setores econômicos, quanto da sociedade em geral, visto que precisarão estar preparados para situações extremas opostas, tanto de escassez quanto de excesso de chuva e seus possíveis impactos. As projeções também apontam: aumento de até 12 dias do período de estiagem (CDD); aumento de até 3°C na temperatura média do ar; aumento de 62 dias na duração das ondas de calor (WSDI); e redução de 6 dias na duração das ondas de frio (CSDI).

Em suma, o desenvolvimento social e econômico, baseado na melhoria dos indicadores sociais e de infraestrutura de comunicação e transporte e na expansão de atividades econômicas em consonância com a preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural e o uso sustentável dos recursos naturais, constitui o principal desafio do planejamento e da gestão territorial da região. Há potencial para a expansão das atividades agropecuárias e agroindustriais, do turismo ecológico e de aventuras, do geoturismo, do turismo rural e, portanto, para a geração de emprego e renda. Para tanto, são fundamentais projetos e investimentos públicos e privados que melhorem a infraestrutura e os serviços de educação, saúde, formação e capacitação profissional e consolidem as cadeias produtivas e os roteiros turísticos, tendo como base a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

DIRETRIZES APLICÁVEIS

ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (Sustentabilidade da produção agropecuária e Investimentos do Plano Agricultura de Baixo Carbono):

- Estimular o plantio de espécies florestais com potencialidade de produção e consumo de produtos florestais não madeireiros (PFNM);
- Incentivar, apoiar e reativar viveiros florestais;
- Aumentar a produtividade e a sustentabilidade da atividade agropecuária por meio da disseminação de novas tecnologias;
- Incentivar a pesquisa e a transferência de tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento rural;
- Incentivar programas, projetos e ações voltados à segurança alimentar, ao fortalecimento da agricultura familiar e à resiliência aos efeitos das mudanças climáticas;
- Monitorar e avaliar a dinâmica das culturas agrícolas e da atividade pecuária para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor;
- Ampliar a regularização ambiental das propriedades rurais por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e da Cota de Reserva Ambiental (CRA);
- Incentivar programas de extensão rural e assistência técnica;
- Incentivar programas de desenvolvimento agrícola voltados para cooperativas e pequenas propriedades, com capacitação e apoio técnico para gestão, agregação de valor, boas práticas, aumento de produtividade, comercialização e promoção da produção local;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Fortalecer os mercados locais, as redes de consumo e as compras públicas sustentáveis;
- Investir em campanhas de conscientização de consumidores sobre a produção orgânica e agroecológica;
- Implementar projetos e ações de recuperação de áreas de preservação permanente (APPs), considerando os usos previstos em legislação, e de forma a evitar a erosão do solo e o aporte de cargas difusas aos corpos hídricos;
- Promover a restauração de APPs e reservas legais, conciliando-a com o seu uso econômico, conforme legislação;
- Incentivar a agregação de valor à cadeia produtiva do setor agropecuário;
- Mapear áreas prioritárias para implementação de projetos e ações de recuperação de áreas degradadas, de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), de Sistemas Agroflorestais (SAFs), de Sistema Plantio Direto (SPD) e de florestas plantadas;
- Incentivar a transição para a agricultura orgânica e agroecológica por meio de mecanismos de viabilização técnico-financeira;
- Ampliar o uso da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN);
- Ampliar a eficiência energética e incentivar a geração e o uso de fontes renováveis de energia;
- Facilitar o acesso a técnicas, insumos e implementos agrícolas que contribuam para a sustentabilidade da atividade agropecuária;
- Desenvolver estudos sobre novos incentivos econômicos, para adequação ou criação de mecanismos de incentivos fiscais às práticas sustentáveis e para identificar barreiras e oportunidades de mercado;
- Desenvolver estudos para adequar o Seguro Rural às especificidades climáticas regionais;
- Disponibilizar e integrar dados, indicadores e informações de monitoramento climático na atividade agropecuária;
- Incentivar a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) contendo espécies nativas;
- Implementar Pagamento por Serviços Ambientais às ações que promovam a sustentabilidade das atividades agropecuárias;
- Incentivar o desenvolvimento de culturas agrícolas sustentáveis e adaptadas às condições dos solos, da água e do clima regional;
- Estimular a adoção de boas práticas agrícolas e de criação de animais visando a conservação do solo e da água;
- Ampliar a adesão ao Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC);
- Incentivar a criação de selos de sustentabilidade e certificação;
- Incentivar a diversificação das atividades econômicas nas propriedades rurais, como por exemplo o turismo rural, a comercialização de produtos artesanais, o plantio de madeira, entre outros;
- Promover suporte à aquicultura, com inserção de técnicas modernas e monitoramento ambiental, priorizando a utilização de espécies nativas;
- Aprimorar a regulamentação da atividade pesqueira;
- Promover ações para ampliação e modernização da infraestrutura e dos serviços da atividade pesqueira e para capacitação dos trabalhadores do setor;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Fomentar técnicas sustentáveis de irrigação por meio da disseminação de novas tecnologias e do monitoramento do uso da água;
- Aprimorar o sistema de outorgas de recursos hídricos no meio rural;
- Repensar a utilização de irrigação frente a uma possível ampliação da realização de plantio de culturas não irrigadas;
- Desenvolver estratégias de incentivo à criação regularizada de abelhas, em especial de abelhas nativas, considerando o papel dos polinizadores na provisão de alimentos, no equilíbrio da biodiversidade e no aumento da produtividade agrícola;
- Estabelecer medidas para redução progressiva do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos em APPs de uso consolidado;
- Estabelecer medidas para promover manejo integrado de pragas (combinando tecnologias para evitar o uso desnecessário de agrotóxicos);
- Estabelecer medidas para promoção do uso racional dos fertilizantes;
- Fomentar orientações, capacitação e reciclagem de produtores rurais, incluindo cursos de boas práticas;
- Priorizar o uso de agrotóxicos de menor risco toxicológico e periculosidade ambiental, observando-se o disposto na legislação vigente;
- Adotar, sempre que possível, práticas agroecológicas para minimizar o uso de agrotóxicos;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas e aprimorar ações de monitoramento, fiscalização, controle e vigilância ambiental do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, com foco na saúde única;
- Adotar boas práticas no descarte de embalagens de agrotóxicos e fertilizantes químicos, visando implementação de estratégias e de infraestrutura para logística reversa;
- Monitorar a comercialização de agrotóxicos;
- Promover o aumento da produtividade da atividade pecuária;
- Incentivar o manejo sustentável de atividades extrativistas;
- Facilitar o acesso à adoção de tecnologia de maior precisão na pulverização aérea de agrotóxicos;
- Desenvolver um programa para capacitação dos operadores da aviação agrícola, a ser implementado pelo Poder Público em conjunto com o setor empresarial, a fim de garantir o cumprimento da legislação vigente;
- Implementar boas práticas que evitem o uso de agrotóxico nos períodos de florescimento das lavouras, a fim de prevenir a mortalidade de polinizadores;
- Estimular a formação de grupo de pesquisadores para definição de normas visando prevenir a letalidade e a subletalidade de abelhas, resultante da aplicação de agrotóxicos;
- Ampliar a capacitação continuada dos agentes de extensão rural;
- Viabilizar a emissão de relatórios públicos de acompanhamento do uso de agrotóxicos;
- Avaliar, nos planos de manejo, a pertinência de monitorar as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidade de conservação;

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA (Índice Paulista de Responsabilidade Social-IPRS, IPRS nas dimensões Riqueza, Longevidade e Escolaridade, Ranking do IPRS, Matrículas presenciais de ensino superior, Leitos de internação hospitalar, Razão de dependência Taxa de homicídios, Índice FIRJAN de Gestão Fiscal, *Shift-share* da variação da massa salarial):

- Ampliar a rede e a infraestrutura de atendimento básico de saúde;
- Ampliar o número de médicos por habitantes, bem como o número de leitos hospitalares;
- Ampliar a rede de atendimento da Estratégia Saúde da Família (ESF);
- Ampliar a capacitação continuada de agentes comunitários de saúde;
- Ampliar a rede, a infraestrutura e a qualidade do ensino da educação formal pública;
- Capacitar professores da rede pública de educação;
- Promover e fomentar programas de formação e capacitação profissional nos níveis técnico e superior, com foco nas cadeias produtivas locais;
- Promover melhoria de mobilidade entre as cidades, visando facilitar os deslocamentos diários para fins educacionais, de saúde, cultura, lazer e trabalho;
- Incentivar o acesso às universidades e instituições de ensino, por meio da criação de cotas e programas de auxílio financeiro;
- Desenvolver programas de estágio e absorção de mão de obra local;
- Fomentar parcerias entre as instituições de ensino superior e empresas para o desenvolvimento de programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I);
- Estimular programas de geração de emprego e renda de acordo com as cadeias produtivas locais;
- Promover e fomentar programas de integração entre empresas, universidades e ambientes de inovação, como a implantação de centros de apoio a startups, polos de tecnologia avançada e parques tecnológicos, associados às pesquisas universitárias.
- Promover e fomentar as ações do Plano Público de Valorização e Aproveitamento de Recursos Fundiários, de modo a ampliar a regularização fundiária e ambiental rural e fortalecer o pequeno agricultor familiar e os territórios quilombolas;
- Incentivar a elaboração de estudos para desenvolver e fomentar o turismo de base comunitária e a formalidade do setor;
- Desenvolver cadeias produtivas com foco em turismo ecológico, rural, espeleológico e cultural;
- Impulsionar e diversificar o turismo em bases sustentáveis;
- Promover políticas de redistribuição de renda e de criação de empregos;
- Identificar as lacunas regionais de infraestrutura e de serviços;
- Estimular a diversificação e a dinamização econômica, com foco na geração de emprego e renda;
- Incentivar o desenvolvimento de cadeias produtivas, pela implantação e/ou adensamento de atividades e estabelecimentos, visando promover a geração de emprego e renda;
- Promover políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego;
- Promover ações para o atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores e beneficiamento dos produtos locais, como a agricultura familiar;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Promover capacitação e assistência técnica ao microempreendedor, às cooperativas e aos pequenos produtores;
- Incentivar políticas de microcrédito e demais linhas de crédito;
- Implantar arranjos produtivos locais (APL);
- Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva característica da região (banana);
- Promover ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (indústria de processamento de produtos agrícolas);
- Ampliar as políticas de assistência à população jovem e idosa, com especial atenção à disponibilidade de creches, clínicas, atendimentos especializados e equipamentos públicos para idosos;
- Ampliar a segurança pública, com investimentos em estruturas e agentes públicos;
- Desenvolver programas de capacitação e qualificação profissional, de forma a reduzir os níveis de vulnerabilidade social;
- Ampliar a oferta de atividades culturais e esportivas, universalizando o acesso em termos de sua distribuição espacial e gratuidade;
- Estimular o equilíbrio nas contas públicas municipais, de modo a propiciar a formulação e a implementação de políticas públicas e a realização de investimentos;
- Incentivar o monitoramento da gestão fiscal municipal, considerando a relação entre as receitas e os custos; da liquidez e do percentual de investimentos no orçamento municipal;
- Oferecer capacitação a ocupantes de cargos públicos e a servidores municipais nas áreas de gestão pública, gestão orçamentária, e elaboração e monitoramento de políticas públicas;
- Conceder incentivos fiscais atrelados a contrapartidas ambientais;
- Reconhecer, estimular e apoiar o setor produtivo para a execução de iniciativas de responsabilidade socioambiental, ampliando os efeitos de transbordamento socioeconômico de atividades econômicas (valor compartilhado) e o seu relacionamento com as comunidades do território (licença social), alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais da região em bases sustentáveis, com aprimoramento tecnológico, agregação de valor e adensamento das cadeias produtivas de base mineral;
- Desenvolver a produção mineral em conformidade com as diretrizes de preservação e valorização ambiental da região e de forma a ampliar os seus benefícios socioeconômicos para a população local, gerando maior valor compartilhado e interagindo harmonicamente com as comunidades envolvidas, especialmente com os povos tradicionais;
- Ampliar o conhecimento e a disseminação de informações sobre geodiversidade e dotação mineral;
- Adotar as diretrizes do Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) nos Planos Diretores Municipais;

INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE (Acessos de banda larga fixa, Índice de infraestrutura rodoviária e Tempo médio de acesso a municípios centrais):

- Ampliar e melhorar a rede de banda larga e de fibra ótica;
- Ampliar o acesso público e gratuito à rede de banda larga e de fibra ótica em equipamentos e espaços públicos, assim como a disponibilidade de conexões a preços reduzidos;
- Promover o planejamento, a implantação e a melhoria da infraestrutura viária, considerando os traçados, a tecnologia e as fontes de energia de menor impacto ambiental;
- Promover a integração e a diversificação dos modais de transporte, preferencialmente com a utilização de fontes de energia limpa;
- Ampliar os investimentos e a manutenção nas estradas vicinais;
- Promover melhoria de mobilidade entre as cidades, visando facilitar os deslocamentos diários para fins educacionais, de saúde, cultura, lazer e trabalho;
- Implantar o Trem Intercidades (TIC), conjunto de serviços ferroviários de passageiros;
- Incentivar a diversificação de modais para reduzir gargalos da mobilidade;
- Elaborar os planos municipais e o plano de mobilidade urbana regional.

GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO:

- Reforçar a fiscalização e manter atualizado o registro das descargas irregulares e das condições de operação de fossas sépticas, para detecção de eventuais fontes de poluição.

GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES (Índice de Governança do Projeto Construindo Cidades Resilientes, Índice de perigo de escorregamento e inundação e suscetibilidade à erosão e Pontos de erosão):

- Aprimorar o mapeamento e a avaliação das áreas de risco a erosão, escorregamento e inundação em escala local, de forma a subsidiar a implementação de medidas de prevenção, controle e correção de processos erosivos, de assoreamento, de escorregamento e de inundação;
- Implementar ações para reduzir os impactos de ocorrências de erosão, escorregamento e de inundação;
- Implementar ações de fiscalização, monitoramento e adequação da ocupação em áreas de alta suscetibilidade ao risco de acidentes relacionados a eventos geodinâmicos;
- Fomentar pesquisas e medidas em Soluções Baseadas na Natureza (SBn) como forma de prevenção, redução, mitigação e erradicação de processos erosivos, de escorregamento e de inundação;
- Apoiar a elaboração de planos de prevenção e controle de erosão, assoreamento, escorregamento e inundação;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Apoiar a manutenção da cobertura vegetal e a recuperação de APPs para minimizar os processos erosivos, de escorregamento e de inundação;
- Promover a capacitação técnica voltada para a percepção de riscos de erosão, de escorregamento e de inundação e para a adoção de práticas de conservação e de estabilidade do solo;
- Promover a formação, a capacitação e o treinamento para o gerenciamento de risco, para a interpretação e utilização de dados climáticos, para a abordagem sobre Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), bem como para a disseminação da informação e do conhecimento acerca das situações de risco à população;
- Incentivar o desenvolvimento de estudos e o monitoramento das mudanças climáticas, para avaliar seus impactos e propor medidas de adaptação e mitigação;
- Aprimorar os sistemas de alerta;
- Implementar ações para a adequação e a manutenção de estradas vicinais;
- Desenvolver e incentivar o ensino sobre a gestão de riscos nas escolas da rede pública de ensino;
- Identificar e fortalecer parcerias e mecanismos financeiros para apoiar as ações de adaptação e mitigação às mudanças climáticas;
- Apoiar a elaboração de estudos de identificação de áreas para implantação de parques lineares em corpos hídricos com histórico de inundações em áreas urbanas;
- Fomentar a adesão e participação na campanha Construindo Cidades Resilientes, por intermédio de estratégias de comunicação e capacitação;
- Estimular a elaboração de Planos de Contingência Municipais de Proteção e Defesa Civil, com a oferta de instrução de sensibilização e de elaboração.

HABITAÇÃO (Atendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) e Domicílios em área de risco):

- Consolidar e aplicar metodologia de identificação, quantificação e qualificação das necessidades habitacionais e sua distribuição no território para subsidiar a formulação de políticas públicas integradas e a concepção de projetos de intervenção;
- Definir linhas programáticas de enfrentamento das necessidades habitacionais relacionadas aos assentamentos em favelas e em áreas de risco;
- Incentivar a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social;
- Fomentar a construção de unidades habitacionais sustentáveis;
- Promover integração entre a política habitacional e outras políticas setoriais, tais como de transporte e mobilidade, saneamento, de geração de emprego e renda etc.

FLORA E FAUNA (Áreas prioritárias para restauração do Programa Nascentes, Áreas prioritárias para incremento de conectividade, Evolução da cobertura vegetal nativa, Espécies exóticas invasoras de flora e fauna, Ocorrência de javalis):

- Implantar projetos e ações que incrementem a conectividade da paisagem, com manejo de fragmentos de vegetação nativa, visando a minimização do efeito de borda e recomposição de APPs;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Instituir incentivos para o plantio, a conservação, o manejo e a restauração da vegetação nativa;
- Priorizar a implantação de projetos de restauração ecológica em áreas protegidas e/ou de relevância ambiental, especialmente as áreas degradadas;
- Estabelecer apoio técnico/financeiro do Estado para ações de recuperação e/ou compensação ambiental;
- Adotar alternativas que minimizem a fragmentação de vegetação nativa e priorizem a formação de corredores ecológicos, no planejamento e na implantação de empreendimentos;
- Estimular programas de treinamento e capacitação das populações locais para a execução de ações de restauração e manutenção de áreas restauradas;
- Estabelecer medidas que orientem e/ou minimizem a supressão de vegetação nativa em áreas suscetíveis a processos erosivos;
- Instituir projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA);
- Promover a implantação de polos florestais nativos;
- Promover a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) contendo espécies nativas;
- Fomentar novas adesões ao Programa Nascentes;
- Ampliar o estímulo à recomposição de áreas degradadas como a atualização do Programa Nascentes de modo a facilitar a adesão e abranger novas áreas prioritárias;
- Ampliar projetos de educação ambiental voltados para a conservação do solo e da biodiversidade;
- Ampliar a regularização ambiental das propriedades rurais por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e da Cota de Reserva Ambiental (CRA);
- Implementar projetos e ações de recuperação de áreas de preservação permanente (APPs), considerando os usos previstos em legislação, e de forma a evitar a erosão do solo e o aporte de cargas difusas aos corpos hídricos;
- Estimular a identificação e a avaliação de serviços ecossistêmicos e seus benefícios para a conservação das espécies, as atividades produtivas e a saúde;
- Incentivar a realização de estudos para aprimoramentos na caracterização dos ecossistemas marinhos;
- Estimular a implantação de práticas de manejo e exploração sustentável das espécies nativas;
- Incentivar projetos de restauração, arborização urbana e enriquecimento de pasto melífero com espécies arbóreas e arbustivas nativas de ocorrência regional;
- Fortalecer os elos da cadeia produtiva da restauração, com foco na geração de emprego e renda para as populações locais;
- Incentivar a rede de coleta de sementes a fim de suprir a necessidade de insumos e de ampliar a diversidade genética de plantios, servindo como fonte adicional de renda para as populações locais;
- Instituir, reforçar e aprimorar ações integradas de fiscalização e monitoramento da supressão da cobertura vegetal nativa, especialmente em áreas legalmente protegidas (APP ou UCs), em áreas prioritárias para incremento da conectividade ou em áreas de alta suscetibilidade de risco ou sujeitas a perigos geológicos;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Ampliar a capacidade de fiscalização da polícia ambiental;
- Implantar programas de comunicação ambiental e de educação ambiental;
- Estimular a mobilização social para fiscalização e denúncia;
- Estabelecer medidas que orientem e/ou restrinjam a supressão de vegetação nativa;
- Adotar medidas e programas para aprimorar a mitigação de impactos na conectividade estrutural e funcional da paisagem nos processos de licenciamento ambiental;
- Adotar estratégia para monitoramento, manejo e controle de espécies exóticas invasoras, em articulação com municípios, empresas, produtores rurais e terceiro setor;
- Identificar situações prioritárias para realizar ações de manejo e controle de espécies exóticas invasoras, considerando seus impactos na saúde, meio ambiente e economia;
- Promover e fomentar programas de comunicação e educação ambiental sobre espécies exóticas invasoras;
- Implantar sistema de detecção precoce e resposta rápida às espécies exóticas invasoras;
- Aprimorar o monitoramento da ocorrência de javalis e a adoção de medidas de manejo e controle.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS (Percentual de Unidades de Conservação de Proteção Integral, Áreas prioritárias para a criação de Unidades de Conservação):

- Promover ações de educação ambiental e de controle populacional de cães e gatos nas UCs e em suas áreas de entorno, visando promover a guarda responsável e minimizar o conflito com a fauna nativa;
- Ampliar a rede Unidades de Conservação por meio de: a) apoio à criação e implementação de UCs, incluindo RPPNs; b) criação de UCs e corredores ecológicos (inclusive em áreas urbanas); c) atualização da indicação (mapeamento) de áreas prioritárias para criação de UCs considerando, entre os critérios, as projeções climáticas, os diversos ecossistemas terrestres e aquáticos e a ocorrência de espécies ameaçadas e endêmicas.

QUALIDADE E QUANTIDADE DE ÁGUA (Potencialidade dos aquíferos fraturados livres):

- Apoiar programas, projetos e ações de conservação de água e adoção de mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA);
- Promover a conservação e a restauração da cobertura vegetal nativa e a recuperação de Áreas de Preservação Permanentes;
- Priorizar recursos para restauração de APPs hídricas (da cabeceira à foz);
- Estimular o mapeamento e a recuperação de nascentes e rios pelos municípios, com o apoio da iniciativa privada e de proprietários rurais, com a assistência técnica da SAA/CDRS, garantindo sinergia com a implantação do PRA;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Incentivar a adoção de mecanismos econômicos que induzam o consumo eficiente da água;
- Ampliar o cadastro de usuários e aprimorar a integração do sistema de outorgas e cobrança;
- Fomentar pesquisas e incentivar a adoção de medidas em Soluções Baseadas na Natureza (SBn) como forma de melhorar a quantidade e a qualidade de água nas áreas urbanas e rurais em toda a zona;
- Monitorar e integrar informações e ações sobre usos múltiplos da água;
- Planejar as atividades turísticas em sinergia com a proteção, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos;
- Promover o turismo ecológico sustentável, com ampliação e qualificação dos equipamentos e serviços do turismo;
- Ampliar a rede de abastecimento de água e melhorar a eficiência na captação e distribuição, visando a redução das perdas físicas;
- Ampliar a rede integrada de monitoramento de qualidade e piezométrica da água subterrânea visando monitorar o Aquífero Litorâneo;
- Estabelecer medidas para melhoria e controle da qualidade de água subterrânea;
- Apoiar estudos para melhorar o conhecimento sobre o Aquífero Cristalino Cárstico da região e promover ações de proteção.

FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE (Programa Corta Fogo):

- Promover ações de educação ambiental e treinamentos/simulações com profissionais habilitados para o resgate de fauna impactada por incêndios;
- Ampliar a fiscalização das rodovias e a adoção de medidas para evitar a propagação de incêndios, como a construção de aceiros;
- Expandir e fomentar a formação e a capacitação de brigadas do Corpo de Bombeiros e de brigadas voluntárias;
- Expandir e fomentar os Planos de Auxílio Mútuo (PAM) e a Rede Integrada de Emergências (RINEM) voltados à prevenção e redução de riscos de incêndios;
- Incentivar programas municipais e intermunicipais voltados ao controle de queimadas e ao uso do fogo de acordo com a orientação e a autorização de órgãos públicos;
- Promover ações de educação ambiental e treinamentos/simulações com população para enfrentamento de emergências;

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:

- Promover a caracterização, o mapeamento e a demarcação de territórios tradicionais (terrestres e marinhos);
- Apoiar o reconhecimento legal dos caiçaras e demais PCT, a partir do estabelecimento de instrumentos legais (esferas federal, estadual e/ou municipal);
- Apoiar a expedição de titulação para os territórios quilombolas e demarcação das terras indígenas;

ZEE-SP | ZONEAMENTO E DIRETRIZES APLICÁVEIS

- Incentivar a inclusão de normas efetivas de proteção dos territórios tradicionais (terrestres e marinhos) nos instrumentos de ordenamento territorial incidentes (Planos de Manejo das Unidades de Conservação, Planos Diretores Municipais e Zoneamento Ecológico-Econômico costeiro);
- Identificar, caracterizar, fomentar e financiar as práticas e usos tradicionais, visando assegurar sua proteção;
- Incentivar a capacitação e educação específicas às necessidades das comunidades tradicionais;
- Apoiar a articulação para viabilização da concessão de Termos de Autorização de Usos Sustentável (TAUS) para as comunidades caiçaras pelo órgão competente.